CONSTRUÇÃO E USO DE QUESTIONÁRIO COMO PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO HISTÓRICO E CIENTÍFO NO ENSINO FUNDAMENTAL.

Jaci Lopes dos Santos Farias [1]

Introdução

Diante da necessidade urgente de promover aprendizagens significativas, críticas e científicas desde as etapas iniciais da educação básica, este trabalho apresenta uma experiência pedagógica desenvolvida com estudantes do 8º ano do Ensino Fundamental. A proposta voltou-se para o desenvolvimento de habilidades investigativas e interpretativas por meio da coleta de dados e informações sobre a prática do racismo no ambiente escolar. O objetivo central consistiu em capacitar os alunos para atuarem como produtores ativos de conhecimento científico ao longo de cada etapa do processo de investigação.

Metodologia

Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa e quantitativa. Para viabilizar a investigação com estudantes em fase inicial de desenvolvimento de habilidades técnicas, construiu-se um roteiro de ações pedagógicas, levando em consideração os conhecimentos prévios que os discentes já possuíam sobre o racismo e suas implicações sociais. A partir da identificação de práticas comportamentais que configuravam racismo recreativo no território escolar Maria de Nazaré, foi orientada uma busca, em meios eletrônicos, sobre a existência do mesmo problema em outros territórios através do comando *racismo e discriminação nas escolas*. Os resultados da busca e a discussão sobre discriminação racial e racismo a partir das Leis nº 7716/1989 e 12.288/2010

[1] Professora de História – ativa na educação básica da rede mucipal de ensino da cidade de Arapiraca/Alagoas e aposentada da rede estadual, mestranda pelo o Programa de Pós-graduação em Ensino de História – Mestrado Profissional em Ensino de História – ProfHistória dra.jacilopes@gmail.com;

subsidiaram a confecção de cartazes que formaram murais em vários espaços comuns da escola.

O procedimento investigativo mais abrangente foi o uso de um questionário escrito que coletou respostas de 466 entre estudantes do sexto ao nono ano e que possibilitou interpretar os dados de maneira quantitativa através de gráficos gerados a partir do google forms. Foram ainda, desenvolvidas ações educativas nos intervalos com a proposta de um ambiente escolar sem racismo, ações essas coordenadas pelos próprios estudantes

Os dados coletados, ainda, foram expostos e discutidos em sala de aula, no formato de seminário, conduzidos pelos estudantes do oitavo interagindo diretamente com os sextos anos, proporcionando a assimilação de diferentes perspectivas e a compreensão mais detalhada das respostas do estudo realizado na escola.

Referencial Teórico

A superação do racismo na escola e o engajamento de estudantes do Ensino Fundamental na produção do conhecimento científico inserem-se no centro das transformações jurídicas, políticas e pedagógicas da educação brasileira. No campo normativo, o combate à discriminação fundamenta-se na Lei nº 7.716/1989, marco penal que tipificou os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor, e no Estatuto da Igualdade Racial (Lei nº 12.288/2010), que estabeleceu políticas afirmativas para garantir à população negra o direito à educação, à preservação da memória e à igualdade de oportunidades.

No âmbito das diretrizes educacionais, o Parecer CNE/CP nº 3/2004, relatado pela professora Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva, instituiu as *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais*. O parecer orienta que as instituições de ensino devem atuar ativamente na desconstrução de conteúdos eurocêntricos e na implementação de pedagogias de reparação e reconhecimento da história e cultura afro-brasileira.

Na dimensão pedagógica, Kabengele Munanga (2005) adverte que o racismo no espaço escolar frequentemente se manifesta de forma velada, sustentado pelo mito da democracia racial. Munanga defende a urgência de uma ação educativa intencional e contínua capaz de desarmar preconceitos e fortalecer a autoimagem dos estudantes

negros. Em convergência, Nilma Lino Gomes (2017) conceitua o *Movimento Negro Educador*, demonstrando como os saberes produzidos pelas lutas emancipatórias negras tensionam o currículo tradicional e exigem que a diversidade étnico-racial seja assumida como dimensão ética e estruturante do cotidiano escolar.

No plano crítico e epistemológico, Sueli Carneiro (2005) conceitua o *epistemicídio* como o processo sistemático de negação, desvalorização e apagamento da produção intelectual e histórica dos povos negros pela hegemonia branca. Enfrentar o epistemicídio na escola pressupõe instrumentalizar os sujeitos periféricos para investigarem sua própria realidade. Karla Akotirene (2019) aprofunda essa análise ao introduzir a *interseccionalidade*, demonstrando como as estruturas coloniais cruzam marcadores de raça, gênero e classe, demandando leituras complexas sobre as opressões vivenciadas pelos alunos. Por fim, Djamila Ribeiro (2017, 2019) destaca a importância do *lugar de fala* e o combate ao *racismo estrutural*, defendendo que a escola deve romper com neutralidades abstratas e dar voz aos estudantes para que produzam saberes e pautem suas vivências.

Articular a construção de questionários com esses aportes teóricos possibilita que os estudantes exerçam seu lugar de fala, enfrentem o epistemicídio e materializem as diretrizes antirracistas propostas pelo Parecer da Petronilha e pela legislação brasileira.

Resultados e Discussões

A implementação da pesquisa em sala de aula proporcionou a ampliação do senso crítico e das capacidades interpretativas dos estudantes. A atividade permitiu que os discentes assumissem o protagonismo no processo de ensino-aprendizagem, superando a posição de meros receptores de conteúdos e passando a analisar criticamente os dados empíricos coletados sobre a vivência do racismo no cotidiano escolar.

O projeto, ao discutir a existência de racismo no ambiente escolar contribui significativamente para uma cultura de respeito à diversidade, à equidade e aos direitos humanos, além de reforçar o compromisso da escola com a formação cidadã e com a promoção de uma educação intercultural e antirracista

Considerações Finais

Essa iniciativa de pesquisar e discutir o racismo no território escolar beneficia toda comunidade, em especial aos estudantes, e o entorno da escola como um todo, pois contribui para o desafio de erradicar esse problema que afeta tão negativamente a população brasileira a tantos séculos. É uma iniciativa que pode e deve ser replicada, dadas as problemáticas que giram em torno do crime de racismo

O estudo demonstrou a viabilidade de produzir conhecimento científico desde o Ensino Fundamental utilizando instrumentos técnicos acessíveis, como o questionário. A metodologia adotada provou ser eficaz como forma de expandir o conhecimento histórico, desenvolver aprendizagens multidisciplinares e consolidar uma prática pedagógica antirracista e emancipatória no ambiente escolar.

Palavras-chave: conhecimento histórico e científico, racismo, aprendizagens multidisciplinares.

Referências Bibliográficas

AKOTIRENE, Karla. **O que é interseccionalidade?** São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. (Coleção Feminismos Plurais).

BRASIL. Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989. Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor. Brasília, DF: Presidência da República, 1989. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7716.htm. Acesso em: 22 out. 2026.

BRASIL. Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010**. Institui o Estatuto da Igualdade Racial.** Brasília, DF: Presidência da República, 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12288.htm. Acesso em: 22 out. 2026.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. Parecer CNE/CP nº 3, de 10 de março de 2004. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.** Relatora: Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva. Brasília, DF: MEC/CNE, 2004.

CARNEIRO, Sueli**. A construção do outro como não-ser como fundamento do ser.** 2005. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador: saberes construídos na luta por emancipação.** Petrópolis: Vozes, 2017.

MUNANGA, Kabengele (org.**). Superando o racismo na escola.** 2. ed. rev. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento, 2017. (Coleção Feminismos Plurais).

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno manual antirracista.** São Paulo: Companhia das Letras, 2019.